

INFLAÇÃO NO PREÇO DA CESTA BÁSICA: A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO PREÇO DA CESTA BÁSICA

Gismara C. Barbieri¹, Jaqueline S. Oliveira², Edy Carlos S. de Lima³

¹Faculdade de Tecnologia Prof. José Camargo – Fatec Jales, gismarabarbieri@gmail.com

²Faculdade de Tecnologia Prof. José Camargo – Fatec Jales, jaquelinegemios@gmail.com

³Faculdade de Tecnologia Prof. José Camargo – Fatec Jales, edy.lima@fatec.sp.gov.br

RESUMO

Este artigo propõe-se analisar a variação no preço da cesta básica, comparando os preços por períodos quinzenais e mensais entre supermercados da cidade de Jales, de janeiro a maio de 2020, tendo como fator de influência, a pandemia de um vírus conhecido como Covid-19, enfrentada durante esse período, onde toda a população tem vivenciado momentos de medo, incertezas, instabilidade econômica e desemprego. Houve um aumento considerável no consumo de produtos supermercadistas, ocasionando uma demanda maior e automaticamente o encarecimento de alguns produtos, grande parte, produtos da cesta básica. Dessa forma, a pandemia e suas repercussões são importantes para análise da variação do preço dos alimentos em ambiente de incerteza. É possível também refletir sobre o seu impacto no custo de vida. Utilizou-se a metodologia de pesquisa de campo exploratória e descritiva explicativa, na tentativa de compreender as causas e efeitos do estudo, através de fatores identificados na coleta de dados obtidos na pesquisa, estão expostos em forma de gráficos, possuindo embasamento teórico de autores renomados dando credibilidade ao estudo de caso. Os resultados indicam que houve uma variação crescente de 7.22% da 1ª quinzena de janeiro a 2ª quinzena de maio, ocorrendo um aumento maior compreendido entre o período de quarentena imposto pelo governo estadual, ou seja, a partir da 2ª quinzena/março. Identificou-se que o dólar teve um aumento de R\$ 1,51 frente ao Real, o que significa dizer que, como os alimentos podem ter precificação baseada no Dólar (devido a seus insumos importados), quando há um aumento na variação cambial, também há um aumento do valor dos alimentos. Conclui-se que podem afetar diretamente o preço dos produtos da cesta básica a oferta e demanda praticados no mercado, a alta Dólar e a desvalorização Real e a Inflação causada pela crise econômica.

Palavras-chave: Cesta básica. Pandemia do Coronavírus. Inflação.

ABSTRACT

The aim of this article is to propose analyzing the variation in the price of the basic food basket, comparing prices for fortnightly and monthly periods among supermarkets in the city of Jales, from January to May 2020, having as a factor of influence, the pandemic of a virus known as Covid -19, faced during this period, where the entire population has experienced moments of fear, uncertainty, economic instability and unemployment. There was a considerable increase in the consumption of supermarket products, causing a greater demand and automatically the increase in the price of some products, most of which are basic food products. Thus, the pandemic and its repercussions are important for analyzing the variation in food prices in an environment of uncertainty. It is also possible to reflect on its impact on the cost of living. The exploratory and descriptive field research methodology was used in an attempt to understand the causes and effects of the study, through identified factors in the collection of data obtained in the research, are exposed in the form of graphs, with theoretical basis of renowned authors giving credibility to the case study. The results indicate that there was an increasing variation of 7.22% from the 1st half of January to the 2nd half of May, with a greater increase between the quarantine period imposed by the state government, that is, from the 2nd half of March. It was identified that the dollar had an increase of R\$ 1.51 against the Real, which means that,

since food may have pricing based on the Dollar (due to its imported inputs), when there is an increase in exchange rate variation, there is also an increase in the value of food. It is concluded that the supply and demand practiced in the market, the high Dollar and the Real devaluation and Inflation caused by the economic crisis may directly affect the price of products in the basic basket.

Keywords: Basic food basket. Coronavirus Pandemic. Inflation.

1 INTRODUÇÃO

Entende-se que o acompanhamento dos preços da cesta básica mensal é de suma importância para as pessoas, tendo em vista que os preços dos alimentos são componentes da inflação, e este está intimamente ligada ao equilíbrio da economia de mercado, afetando as famílias.

Outro ponto importante a enfatizar é que a inflação é um elemento que corrói o poder de compra das famílias assalariadas, das quais grande parte tem como única fonte renda seu próprio salário. Segundo Teixeira (2002, p. 214):

A inflação tem sido a causa de significativas distorções na alocação de recursos. A persistência de processos inflacionários comumente implica, dentre outros fatores, redistribuição perversa de riqueza e alocação ineficiente dos investimentos produtivos.

Aponta-se que a cesta básica é definida em uma dieta compatível com as necessidades nutricionais de certo indivíduo. Antes da instituição do decreto, foram criadas as Comissões do salário mínimo, estas utilizando-se de um estudo censitário com um levantamento sobre as informações salariais junto às empresas. Dessa forma, foi possível estabelecer valores mínimos regionais a serem pagos; esta comissão também apresentou o que foi chamado de cesta básica, ou seja, uma lista de alimentos e as quantidades necessárias para o sustento de um adulto, com quantidades balanceadas de calorias, proteínas, ferro, cálcio e fósforo, a variedade de produtos e a quantidade são diferenciadas por região, conforme Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE, 2020a).

Existe uma variedade de alimentos que podem fazer parte da cesta básica e o conhecimento dos preços e dos produtos utilizados nas várias regiões em suas cestas básicas é uma ferramenta crucial para a tomada decisão dos gestores e da população, tendo em vista que as decisões de preços são difíceis e complicadas; o preço é uma das principais determinantes na escolha do produto que será adquirido (KOTLER; KELLER, 2012).

A variação de preço é determinada por uma infinidade de fatores. Essa oscilação afeta os valores dos produtos que compõem a cesta básica e impacta diretamente no comportamento de compra do consumidor; alguns dos aspectos que intervêm nesse comportamento são, entre outros, a oferta, preços e marcas, porém, a predileção por um determinado produto é induzida pelos preços (PAULA; SOARES; BONFIM, 2011). Assim, pode-se dizer que os preços dos produtos são base importante para definir o consumo das famílias brasileiras, fazendo com que quando um produto estiver em alta, haja menos consumo e vice-versa.

Mudanças sociais, climáticas, greves, oferta e demanda, entre outras questões, são alguns fatores que podem influenciar diretamente na variação dos preços da cesta básica. Também pode haver variações de preços devido às instabilidades do mercado, e eventos como a atual disseminação de doenças infectocontagiosas e vírus acentuam essa necessidade, como ocorre com a dispersão do vírus Sars-Cov-2 (conhecido popularmente como coronavírus) em todo o mundo, causador da doença respiratória Covid-19. Em decorrência de seu alto poder de contaminação, as autoridades de saúde determinaram um forte isolamento social, recomendando que se evite ao máximo o contato físico entre as pessoas (BRASIL, 2020b).

Pandemias como essa obrigam a mudança do padrão de consumo dos alimentos, pois as pessoas tendem a se estabelecer mais em suas casas, consumir mais alimentos e, causando uma demanda maior do que aquela que usualmente o mercado vem prevendo. Se por um lado as doenças altamente contagiosas requerem distanciamento entre as pessoas, por outro, faz empresas e indivíduos repensarem seus hábitos de vendas e de consumo, inovando e gerando outras maneiras de atender às demandas.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho foi de investigar a relação da variação dos preços dos produtos da cesta básica, inflação e do dólar. Já o objetivo específico, foi identificar como o comportamento da inflação e do dólar podem impactar na alta dos preços dos produtos da cesta básica de alimentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DA CESTA BÁSICA NO BRASIL

Para Sandroni (2006, p. 48), a cesta básica é “o conjunto de bens que entram no consumo básico de uma família de trabalhador, variando conforme o nível de desenvolvimento social do país”. Assim, a cesta básica de alimentos pode ser considerada, como o nome sugere, os alimentos básicos para um trabalhador se sustentar durante um mês, tendo a variação de preço desses alimentos um grande peso na economia familiar.

Sabe-se que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em janeiro de 1959, começou a calcular o Índice de Custo de Vida (ICV) no município de São Paulo, sendo que, com os preços coletados mensalmente para o cálculo do ICV e dos treze produtos que compõem a cesta básica (BRASIL, 1938), começou-se também a partir daquela data a acompanhar o custo mensal da cesta básica (DIEESE, 2020b).

A cesta básica brasileira é composta por 13 itens, onde verifica-se que a quantidade tem uma variação de uma região para outra (**Tabela 1**). É importante ressaltar que a quantidade desses itens pode alimentar uma família de até 4 pessoas, proporcionando quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, fósforo e cálcio (BRASIL, 1938; BARRETO; CYRILLO; COZZOLINO, 1998).

Tabela 1 – Provisões mínimas de quantidades para a cesta básica de alimentos, estipuladas pelo Decreto Lei nº399/1938

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6 kg	4,5 kg	6,6 kg	6 kg
Leite	7,5 l	6 l	7,5 l	15 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3 kg	3,6 kg	3 kg	3 kg
Farinha	1,5 kg	3 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6 kg	-	6 kg	6 kg
Legumes (Tomate)	9 kg	12 kg	9 kg	9 kg
Pão francês	6 kg	6 kg	6 kg	6 kg
Café em pó	600 g	300 g	600 g	600 g
Frutas (Banana)	90 unid.	90 unid.	90 unid.	90 unid.
Açúcar	3 kg	3 kg	3 kg	3 kg
Banha/Óleo	750 g	750 g	900 g	1,5 kg
Manteiga	750 g	750 g	750 g	900 g

Fonte: DIEESE, 2020a.

Importante explicar que a Região 1 contempla os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal. A região 2 – Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre,

Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão. Já a Região 3 - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. E a coluna Nacional diz respeito sobre a cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Portanto, verifica-se que a referida pesquisa do custo mensal da cesta básica permite verificar a variação dos preços de cada item que compõe a cesta básica, e como essa variação pode impactar a vida das famílias. Outro ponto importante a enfatizar é a discrepância no poder aquisitivo da população brasileira, pois algumas famílias ficam restritas aos produtos da cesta básicas, enquanto outras têm opções alimentares adicionais no consumo diário. Porém, independente de condições sociais e culturais, os itens que compõem a cesta básica continuam representando a base alimentar dos brasileiros, sendo composta pelos itens: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana), açúcar, óleo e manteiga, em quantidades ideais para cada uma das regiões brasileiras, conforme se viu na **Tabela 1**.

Mensalmente, o DIEESE realiza uma pesquisa em 16 capitais brasileiras com a finalidade de averiguar o preço da cesta básica e compará-lo com o valor do salário mínimo vigente. Assim, para determinar as quantidades relativas à cada item que compõem a cesta básica, o DIEESE leva em conta o preceito constitucional de que o salário mínimo deve suprir as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, portanto, para cálculo da cesta básica se considera uma família de dois adultos e duas crianças, as quais equivalem a um adulto.

Para se realizar o cálculo dos valores da cesta básica de alimentos brasileira, o DIEESE (2020a) leva em consideração o valor mais alto pesquisado entre todas as capitais brasileiras e o multiplica por 3. Dessa forma, é possível se assemelhar mais aos valores praticados em todo o território nacional, em que há uma variação de precificação grande em relação ao menor e maior valor pesquisado. Utilizando-se essa fórmula, o DIEESE contempla as diferentes regiões do Brasil sem, contudo, fugir da realidade das diversas famílias brasileiras.

2.2 DEMANDA

Segundo Sandroni (2006, p. 160), pode-se definir como demanda (ou procura) como a “quantidade de um bem ou serviço que um consumidor deseja e está disposto a adquirir por determinado preço e em determinado momento”. Assim, nota-se que os modelos de demanda explicam a dinâmica de escolha individual dos compradores, sendo avaliada a influência dos preços dos bens e serviços dentro do ambiente econômico.

O autor acima afirma, ainda, que “a demanda deve explicar o comportamento de um consumidor tomado individualmente como, por exemplo, um sujeito interessado na compra de arroz” (SANDRONI, 2006, p. 160), Portanto, a soma das demandas individuais forma a demanda de mercado, sendo que o consumidor busca a satisfação pessoal no preenchimento de suas necessidades e desejos, associando seus gostos e preferências. Entretanto, essas necessidades e desejos têm, na maioria das vezes, restrições (recurso finitos), advindos da força de trabalho (PINHO; VASCONCELLOS, 2004; ARBAGE, 2006).

Para autores como Pinho e Vasconcellos (2004) e Arbage (2006), além dos preços do bem ou serviço influenciarem a demanda, existem outros determinantes que contribuem com essas variações, tais como: gostos e preferências; renda e riqueza; preço dos bens e serviços que podem substituir; e as expectativas da disponibilidade desses produtos no mercado. Os gostos e preferências afetam as escolhas do consumidor, pois quanto mais um produto agrada ao paladar do indivíduo, mais provavelmente ele irá comprá-lo. Contudo, estes gostos são impactados diretamente pela renda e riqueza, que limitam o orçamento disponível e estão associadas ao “poder de compra do consumidor, sem o qual a demanda não existe em termos econômicos” (SANDRONI, 2006, p. 160).

Diante disso, o preço dos bens e serviços substitutos, que atenda às mesmas necessidades e funções dos produtos principais, pode ser uma boa escolha de mudança. Exemplo disso é o consumo de erva-mate que substitui o de café. Nesse mesmo sentido, o preço dos bens e serviços complementares estão associados diretamente à uma determinada demanda primária – em outras palavras, são aquelas demandas que só aumentam em decorrência da venda de outro produto principal, como o consumo de gasolina que está associado ao de veículos (BRASIL, 2020a).

Por fim, as expectativas dos consumidores sobre a disponibilidade do bem ou serviço, de sua renda ou modificação dos preços no futuro pode ocasionar uma variação, pois de acordo com essas variáveis, o consumidor se sentirá amedrontado e quererá garantir esses produtos essenciais à sua alimentação (SANDRONI, 2006). Diante de problemas generalizados, como é o caso da pandemia em razão da dispersão do vírus Sars-Cov-2 em todo o mundo (BRASIL, 2020b), os preços tendem a oscilar e aumentar, pois o indivíduo tem as suas expectativas de futuro quebradas, tornando o seu consumo incerto.

Portanto, percebe-se que a demanda pode ser definida como a quantidade de certo bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em determinado período de tempo, dependendo de variáveis que influenciam a escolha do consumidor (VASCONCELLOS, 2014).

2.3 OFERTA

Define-se como oferta a “quantidade de bens ou serviços que se produz e se oferece no mercado, por determinado preço e em determinado período de tempo” (SANDRONI, 2006, p. 429), sendo que a somatória das ofertas individuais das empresas, são as ofertas do mercado (PINHO; VASCONCELLOS, 2004; ARBAGE, 2006).

Segundo Kupfer e Hasenclever (2012), dentre os objetivos das empresas, destaca-se o lucro, a conquista e manutenção de mercados que estão inseridos e a própria sobrevivência a longo prazo, sendo necessário a produção de bens e serviços de forma mais eficiente e eficaz.

Diferente da demanda, a oferta exibe uma correlação direta entre quantidade ofertada e os preços, conhecida como lei geral da oferta, define que quanto maior o preço de um bem ou serviço, maior será a quantidade ofertada. A relação entre o valor de um bem e a quantidade ofertada deve se ao fato de que o aumento dos preços são estímulos para as empresas elevarem a produção visando uma maior receita, assim como novas empresas são atraídas (PINHO; VASCONCELLOS, 2004; VASCONCELLOS, 2014).

Segundo os autores Hall e Lieberman (2003), Pinho e Vasconcellos (2004) e Arbage (2006), também são determinantes da oferta de uma empresa as variáveis como: preços dos insumos; lucratividade; avanços tecnológicos; condições climáticas; e expectativas em relação ao futuro de disponibilidade. Dessa forma, fatores da produção, como mão de obra, preço de compra dos insumos e matéria-prima influenciam diretamente na oferta de produtos e serviços no mercado

A lucratividade, por sua vez, impacta o preço desses bens e serviços, que podem ser produzidos com tecnologia e insumos semelhantes aos utilizados pela empresa, ou seja, que utilizam a mesma base tecnológica, carecendo apenas de pequenas adaptações. Além desses fatores também há a tecnologia, que com seus avanços podem reduzir os custos, aumentar a produtividade e pôr em circulação mais bens e serviços. Igualmente, fatores como condições climáticas, que são situações adversas, podem fazer um produto ser escasso ou ter abundância, de acordo com as condições de produção necessárias (nos casos de produtos agrícolas) (PINHO; VASCONCELLOS, 2004).

Por fim, de forma semelhante à demanda, as expectativas futuras dos consumidores influenciam diretamente a oferta dos produtos, bens e serviços postos à disposição das pessoas (PINHO; VASCONCELLOS, 2004). As expectativas em relação ao futuro da disponibilidade

dos insumos e de produção são alguns dos fatores que podem ajudar na oferta do produto (fazendo-o escasso ou abundante).

2.4 INTERAÇÃO ENTRE DEMANDA E OFERTA

Verifica-se que o comportamento de preços no mercado é descrito pelo modelo de demanda e oferta de bens e serviços, com os quais, compradores e vendedores, acabam interagindo para que consigam atingir os objetivos propostos.

Segundo Pinho e Vasconcellos (2004), esse modelo proposto, ou seja, essa interação busca o equilíbrio de mercado entre a quantidade demandada e ofertada, ajustando-se os preços aos objetivos de compradores e vendedores.

Entretanto, quando existe um excesso de demanda de produtos ou serviços, ocorre de forma natural o aumento dos preços praticados, levando a uma inflação (SAAD-FILHO, 2002).

2.5 INFLAÇÃO

Segundo Sachs e Larrain (2000), a inflação pode ser definida como uma alteração percentual nos níveis de preços, de bens internos e externos, que será utilizada a média desses valores. Para calcular a inflação, utiliza-se uma variação mensurada pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor), que é a média de preços de varejo de uma cesta de mercado fixa que abrange bens e serviços.

A inflação é um conceito econômico muito utilizado, por se tratar do aumento insistente e estendido de preço dos produtos e serviços que compõe uma cesta, em uma região ou país por um determinado período, podendo ser notado pela população facilmente. Seu cálculo é feito pelo IPCA (índice de preços do consumidor amplo), chamado de índice de inflação (IBGE, 2020b). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2020b), o IPCA acumulado nos últimos 12 meses é de 2,13% em junho de 2020 e de 0,26% no mesmo mês.

O conceito de inflação deve ser tratado como uma média dos preços de produtos e serviços que compõe uma determinada cesta e são consumidos em um determinado período de tempo e não como o aumento de um bem ou serviço específico, essa cesta de produtos pode variar de acordo com os hábitos de consumo de cada região.

Outro fato relevante é que o cálculo desse índice não trata somente da variação absoluta de preço de cada item, mas também a importância que cada um tem na cesta de produtos e, dessa maneira calcula-se a forma ponderada.

2.6 TIPOS DE INFLAÇÃO

A inflação pode ocorrer por fatores distintos, como por exemplo o aumento nos custos ou na demanda, porém há outros tipos, como inflação inercial e a hiperinflação. É preciso conhecer quais são os seus tipos para identificar com precisão qual delas ocorre e como impacta na oscilação de preços dos produtos. A inflação de demanda, por exemplo, é aquela em que o aumento do consumo é maior do que quantidade produzida por um país. Normalmente acontece quando ocorre o aquecimento da economia, com o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), a aceleração de investimentos e uma queda na taxa de desemprego, ou seja, automaticamente elevam-se os salários, aumentando o consumo (demanda), caso a produção do país não consiga atender a demanda agregada, ocorrerá uma inflação por demanda (JASKULSKI, 2010).

Já a inflação de custos provoca o aumento no custo de produção dos produtos, como aumento de maquinários, mão de obra, matéria-prima, salários ou impostos, causando escassez dos produtos, pois a oferta no mercado é reduzida, elevando o preço dos produtos ao consumidor final, tendo a inflação de custos (SILVA; CHAVES, 2018). De forma semelhante,

a inflação monetária é aquela em que o Governo aumenta impostos para cobrir despesas e imprime mais dinheiro de maneira descontrolada para pagar essas despesas; o custo é repassado ao consumidor, aumentando os preços dos produtos, com o volume de dinheiro maior que a demanda de bens e serviços; os preços sobem gerando a inflação.

Por outro lado, a inflação inercial ocorre pelo medo da inflação futura e o reajuste de valores seguindo a variação dos índices já estabelecidos pelo mercado financeiro, os preços são reajustados automaticamente de um período para outro, tendo como referência a memória inflacionária, que se dá pelo índice passado mais a expectativa futura (FERREIRA; SILVA; SOUZA, 2019).

Para melhor compreensão da inflação, imagine-se que uma cesta de produtos que custa R\$100,00 (cem reais) em maio, tenha um aumento e passe a ser vendida em junho por R\$150,00 (cento e cinquenta reais)! Nota-se, nesse caso, uma inflação de 50% no mês, e demonstra, então, uma desvalorização do dinheiro, se comparado com o aumento dos preços de bens e serviços. Porém, quando a inflação está controlada, ou seja, com um índice baixo, o valor dos produtos não aumentam, pois há uma estabilização do preço (SILVA; CHAVES, 2018). Assim, é possível, mensurar índices de inflação diferentes, por meio de uma cesta de conjuntos de produtos e serviços variados, sendo que a análise de preços pode ser feita tanto de forma geral, como análises setoriais.

O Instituto Brasileiro de Pesquisas Estatísticas (IBGE), produz dois importantes índices, considerados oficial pelo Governo Federal: o Índice de Preço do Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC). O IPCA tem como meta, medir a inflação de um grupo de serviços e produtos, referentes ao consumo pessoal das famílias e comercializados no varejo. Essa faixa foi desenvolvida com o intuito de garantir cobertura de 90% das famílias que pertencem às áreas urbanas de cobertura do IPCA, famílias essas com rendimento de 1 a 40 salários mínimos, independentemente a fonte, residentes nas regiões urbanas de alcance o Sistema Nacional de Índice de Preço ao Consumidor (SNIPC), sendo elas: Aracaju, Rio Branco, Campo Grande, Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, regiões metropolitanas de Belém, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia (IBGE, 2020b).

O INPC (Índice Nacional de Preços do Consumidor), difere do IPCA por causa do termo “Amplado”; ele se verifica apenas a variação do custo de vida de famílias com rendas que variam de 1 a 5 salários mínimos e estão mais sensíveis ao aumento de preço, uma vez que a maioria de sua renda fica destinada em alimentação, transportes e medicamentos por exemplo (IBGE, 2020b).

3 METODOLOGIA

Para o levantamento do referencial teórico utilizado para este estudo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, pesquisando-se em livros, periódicos, teses, dissertações e artigos científicos. Ao se tratar da pesquisa bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos (2017), trata-se daquela elaborada a partir de material já publicado, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar.

A metodologia utilizada no presente trabalho foi a pesquisa exploratória e descritiva “[...] neste tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador” (ANDRADE, 2010, p. 112).

Para o cálculo do valor da Cesta Básica, adaptou-se a metodologia proposta pelo DIEESE (2020a) e conforme Decreto-Lei nº 399/38 de 30/04/1938 (BRASIL, 1938). Os dados foram coletados em quatro estabelecimentos comerciais (supermercados) localizados no município de Jales, estado de São Paulo; no período de janeiro a maio de 2020, quinzenalmente.

Os dados foram tabulados junto à planilha Excel e, após a tabulação, realizou-se a média simples dos preços de todos os produtos, gerando-se as tabelas e gráficos. Após isso, os dados tiveram abordagem quantitativa, nos quais os números foram transformados em uma estrutura sistematizada e, posteriormente, tiveram uma abordagem qualitativa, cruzando-se os dados numéricos com os dados dos autores citados na pesquisa bibliográfica.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O município de Jales – SP, com aproximadamente 49.107 habitantes, localiza-se à 586 km da capital do estado, e possui um PIB (Produto Interno Bruto) per capita acima de R\$ 28.394,63 (IBGE, 2020a). Sabe-se que a distância dos principais centros industrializados gera custos maiores que são decorrentes da logística, tendo uma contribuição de grande importância na composição dos preços finais dos produtos.

Observa-se na **Tabela 2** e no **Gráfico 1**, que houve uma variação crescente de 7.22% da 1ª quinzena de janeiro a 2ª quinzena de maio, ocorrendo um aumento maior compreendido entre o período de quarentena imposto pelo governo estadual, ou seja, a partir da 2ª quinzena/março. Assim, nota-se que o aumento dos preços dos produtos que compõe a cesta básica pode-se ser explicado pelo aumento da demanda de alimentos, tendo em vista que todas as refeições estão sendo realizadas na residência, além da estocagem de alimentos, por medo que o confinamento social se estenda por um período maior que o previsto.

Tabela 2 – Variação quinzenal dos preços dos produtos que compõem a cesta básica no período de janeiro a maio de 2020

Meses		Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio	
		1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
Produtos											
Carne kg	6	145,04	146,39	150,26	150,11	149,81	149,66	151,16	153,87	154,02	150,71
Leite L	7,5	27,86	27,60	28,73	28,80	28,35	29,48	30,86	30,86	30,41	30,47
Feijão kg	4,5	26,96	24,93	27,71	27,93	31,87	34,86	46,65	46,15	46,61	46,72
Arroz Kg	3	25,75	25,73	27,32	27,33	27,40	27,92	29,95	29,95	31,69	31,82
Farinha kg	1,5	4,94	4,98	5,28	5,28	5,31	5,38	5,78	5,80	6,23	6,23
Batata kg	6	24,12	24,39	20,52	21,29	25,16	25,16	16,88	20,76	30,08	33,20
Tomate Kg	9	49,59	69,01	64,26	60,91	61,83	49,77	25,72	51,73	38,14	27,18
Pão francês kg	6	30,84	32,16	33,24	33,41	33,48	32,54	32,84	33,18	33,54	33,53
Café kg	0,6	5,65	5,86	5,88	5,87	5,95	5,93	5,95	5,95	5,92	5,93
Banana kg	8,1	29,00	29,59	28,80	21,57	21,51	16,50	25,43	28,49	24,02	22,72
Açúcar kg	3	17,65	17,88	17,79	17,86	17,97	19,15	20,85	20,95	25,69	25,84
Óleo 900ml	750	4,57	4,54	4,53	4,56	4,66	4,66	4,81	4,61	4,80	4,82
Margarina kg	750	5,63	5,82	5,97	5,97	6,08	6,20	6,20	6,13	6,24	6,31
Macarrão kg	500	9,46	9,46	9,51	9,81	9,81	9,81	10,36	10,36	10,97	10,97
Total		407,05	428,32	429,77	420,68	429,17	417,00	413,43	448,78	448,34	436,43

Fonte: Elaborada pelos autores.

Gráfico 1 – Variação em R\$ do custo mensal da cesta básica de alimentos no período de janeiro a maio de 2020



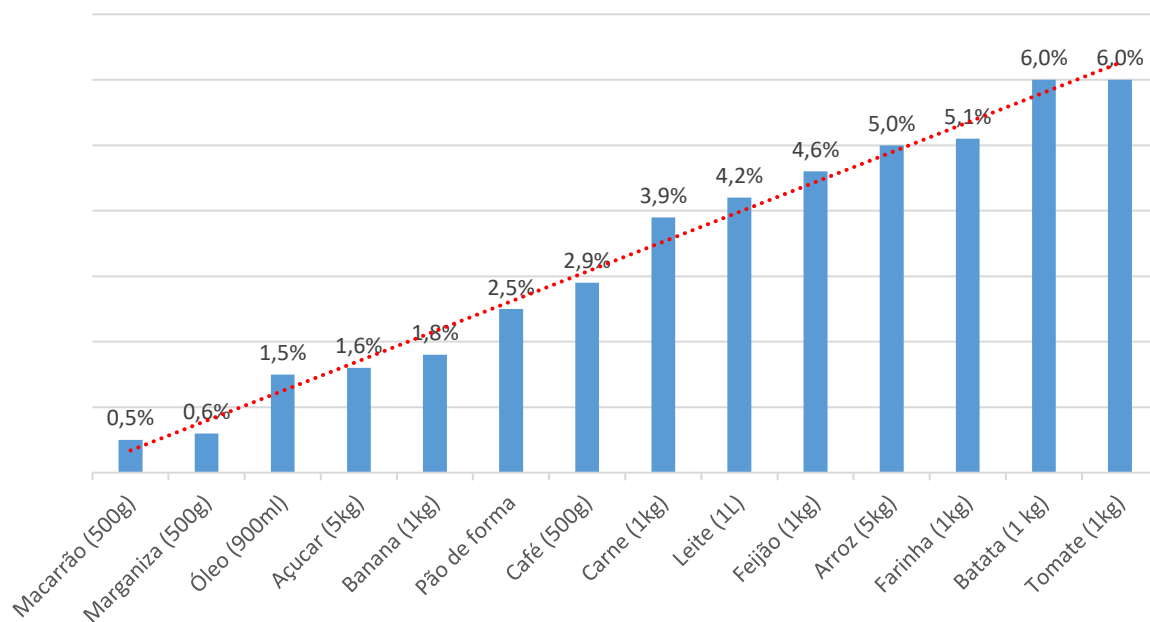
Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo Pinho e Vasconcellos (2004), quando ocorre um aumento da demanda, os produtos tendem a ter uma alta de seus preços. Essa demanda foi aumentada em decorrência das expectativas dos consumidores sobre a disponibilidade dos produtos, tal qual acontece com os alimentos das cestas básicas de alimentos em razão do surto de coronavírus no Brasil (BRASIL, 2020b) – diante disso, há uma situação adversa que causa expectativas do futuro da disponibilidade desses produtos no mercado, o que gera uma demanda excessiva e a consequente alta dos preços.

Para o Secretaria Nacional do Consumidor (BRASIL, 2020a), por causa do temor de um possível desabastecimento em decorrência da pandemia do coronavírus, houve um acesso maior aos supermercados, aumentando o consumo e o preço de produtos como batata, tomate, hortaliças e outros alimentos da cesta básica: arroz, feijão, leite e farinha. Alguns produtos podem estar em período de entressafra, como o caso do feijão, por exemplo, que tem uma produção menor nesse período.

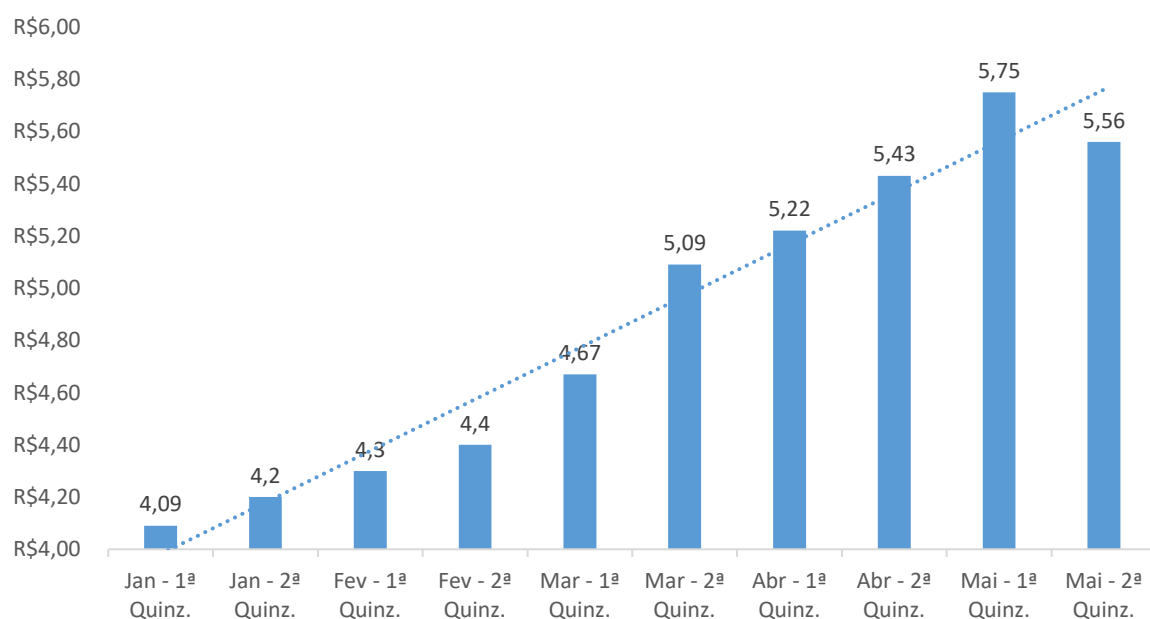
Dessa forma, a baixa oferta do grão com qualidade e a redução de área plantada devem manter a trajetória de elevação do preço do grão do feijão carioca, além disso, os fornecedores e as indústrias estão aproveitando a alta demanda para repassar o aumento aos estabelecimentos comerciais; outro fator que pode ter interferido no preço desses produtos é o aumento no valor do transporte por conta da crise sanitária e econômica (FERREIRA; SILVA; SOUZA, 2019).

Identifica-se, no **Gráfico 2**, que houve um aumento considerável de alguns itens que compõem a cesta básica, sendo que os que sofreram uma maior alteração crescente foram: tomate e a batata com 6%; seguidos do arroz e farinha com aproximadamente 5%; o feijão com 4,6%; e o leite com 4,2%. Quem compra acima do que precisa e consome muito, não percebe, porém, gera inflação, pois grande parte da população não tem condições financeiras para estocar mercadoria, pagando mais caro por isso.

Gráfico 2 – Média da variação dos produtos da cesta básica de alimentos (jan. a mai./2020)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Durante o primeiro semestre do ano de 2020, pode-se observar nos Gráficos 3 e 4, que o Dólar teve um aumento considerável, destacando-se uma alteração média de 36%. Percebe-se que esse aumento gera desconforto em muitos setores comerciais que influenciam no aumento dos produtos alimentícios: um deles é o preço do combustível que, repassado aos transportes, tem se tornando um dos fatores, além do alto consumo de matéria-prima e insumos internacionais que, com a dificuldade em importação e exportação, encarecem os produtos por causa da dificuldade do poder de compra e venda, afetando diretamente nos valores dos produtos ao consumidor final, como pode ser notado nos alimentos como arroz, feijão, leite entre outros durante o período de isolamento social (SILVA; CHAVES, 2018).

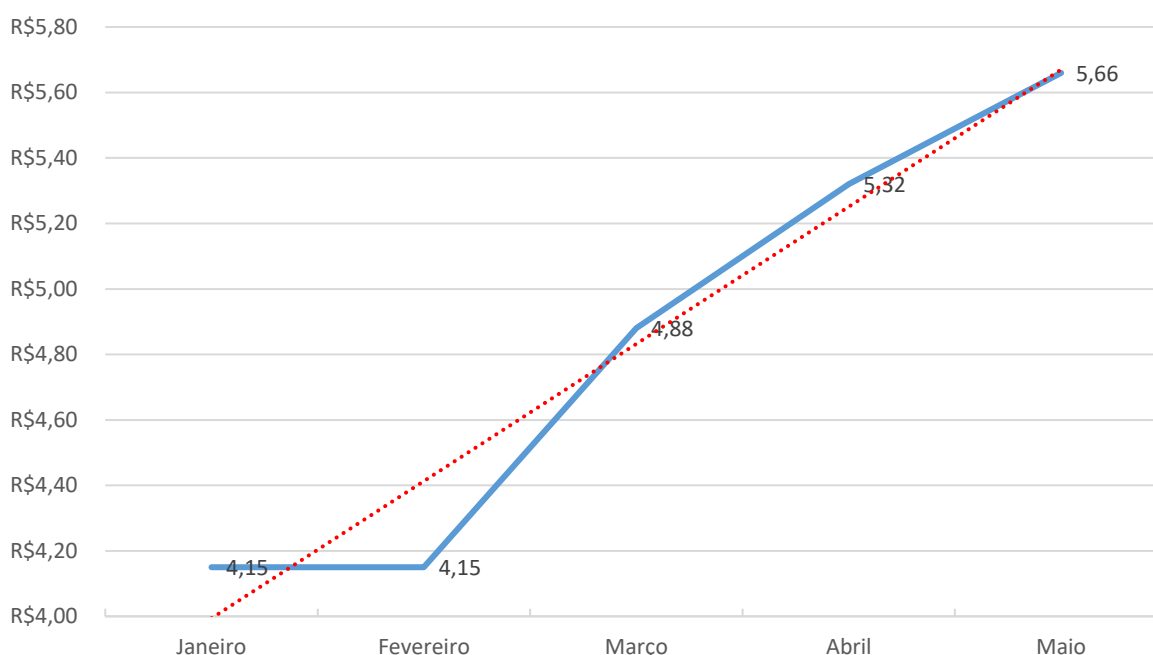
Gráfico 3 – Média quinzenal da variação cambial do Dólar Comercial (jan. a mai./2020)

Fonte: Elaborado pelos autores.

O câmbio pode afetar diretamente ou indiretamente no custo final de um produto, sendo assim, não há como não tratar da alta do Dólar na economia, sem falar da desvalorização do Real (ASSI et al., 2016). No Gráfico 4, constata-se que no período de janeiro a maio de 2020, o dólar teve um aumento de R\$ 1,51 frente ao Real, o que significa dizer que, como os alimentos podem ter precificação baseada no Dólar (devido a seus insumos importados), quando há um aumento na variação cambial, também há um aumento do valor dos alimentos.

Os estudos de Assi et al. (2016) evidenciam que pode haver vezes em que o Dólar não afete diretamente o preço do alimento, mas é um termômetro para o produtor identificar quando deve colocar os alimentos para venda no mercado. De acordo com o valor do Dólar, o produtor decide se quer mais ou menos disponibilidade de seu produto, regulando o preço indiretamente por meio de sua oferta limitada frente a uma eventual demanda crescente.

Gráfico 4 – Média mensal da variação cambial do Dólar Comercial (jan. a mai./2020)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro fator que pode influenciar no consumo, de acordo com Assi et al. (2016), é a inflação. Há uma correlação entre a alta da inflação e a diminuição do consumo e a queda da inflação e o aumento do consumo, ou seja, a inflação gera diminuição do consumo e essa, por sua vez, tende a gerar uma oferta maior dos alimentos no mercado, mas isso não quer dizer que a demanda diminuiu, apenas que o preço alto dos alimentos inibe o seu consumo.

Se por um lado há trabalhadores que perderam seus empregos, pais e mães de família que precisam prover o lar com o sustento mínimo e digno, e que são impactados diretamente pela alta dos preços dos alimentos (sobretudo dos alimentos da cesta básica de alimentos brasileiros); de outro lado, também há produtores rurais familiares que veem na produção de alimentos o sustento de suas próprias famílias, e que viram a alta dos insumos de produção e uma pressão por fazer mais com menos (FUTEMMA et al., 2020). Ainda, mais na ponta, há grandes empresas com grande capital e o fomento da transformação de grandes produções agrícolas em *commodities*¹ do mercado de ações (MALHEIRO; MICHELOTTI; SABINO, 2020).

¹ “As commodities são bens primários em estado bruto, produzidos em escala mundial e com características físicas homogêneas, cujo preço é determinado pela oferta e pela demanda internacional” (MELLO, 2010, p. 1).

Atrelado a isso, a alta do Dólar, que desvaloriza o Real e tira o poder de compra dos consumidores que, somado à inflação do período, faz com que o preço dos alimentos da cesta básica fique mais alto. De acordo com Malheiro, Michelotti e Sabino (2020), estes mecanismos de oferta e demanda de produtos no mercado são próprios de um sistema capitalista, no qual quem tem o poder aquisitivo compra, mesmo com alta, e quem tem menor poder aquisitivo aguarda que o preço diminua (seja por diminuição da demanda ou aumento da oferta) para voltar a consumir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se que os componentes que podem afetar diretamente o preço dos produtos da cesta básica são a oferta e demanda de produtos no mercado e a alta do Dólar, que causa uma desvalorização do Real.

Ao passo que se conceituou oferta e demanda de produtos, pode-se demonstrar que ambos estão intimamente ligados. Quando há uma demanda expressiva sem oferta dos produtos, o preço tende a aumentar; quando há uma oferta sem a correspondente demanda, o preço tende a cair, tal qual ocorre com a atual pandemia de corona vírus no Brasil. Por haver uma demanda expressiva por produtos nos supermercados, esses tendem a aumentar em virtude da escassez nas prateleiras.

Outro fator que influencia no preço dos produtos da cesta básica de alimentos é a inflação dos produtos comercializados que, no caso do período analisado (janeiro a maio de 2020), se caracteriza por ser inercial – quando há no consumidor o medo do reajuste futuro dos preços, que o faz estocar e desabastecer o mercado, com receio de que os preços sejam reajustados, gerando alta demanda e pouca oferta e, conseqüentemente, elevando o preço dos produtos.

Além disto, a alta do Dólar também pode ser um agravante para a elevação dos preços, já que há uma íntima relação entre os valores dos insumos importados utilizados para a sua produção e as melhores condições de exportação frente ao mercado nacional. Em outras palavras, além dos insumos serem comprados e comercializados em Dólar, não raras vezes é mais vantajoso, levando-se em consideração um Dólar em alta, que se exporte o produto em vez de vendê-lo no mercado interno.

Dessa forma, os objetivos da pesquisa foram atingidos em sua integralidade, identificando-se o que causa a demanda da elevação dos preços dos produtos da cesta básica de alimentos. Contudo, mesmo sendo próprio de um movimento de mercado capitalista hegemônico, deve-se levar em consideração a atual conjuntura do mundo, que passa por uma das piores crises sanitárias da história. Esse fator-chave deve ser levado em consideração para mecanizar e sistematizar as ações de enfrentamento e assistência aos mais vulnerabilizados em decorrência da pandemia do coronavírus, com controle da inflação e do dólar – principais atenuadores da alta dos preços dos alimentos da cesta básica.

Para os próximos estudos nessa área, recomenda-se que os pesquisadores investiguem como a crise sanitária do Covid-19 impacta os pequenos produtores rurais frente aos grandes conglomerados empresariais alimentícios. Isso poderá ser viabilizado por meio de um estudo de campo, com a análise quantitativa de uma pesquisa de faturamento desses produtores durante a pandemia do coronavírus.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARBAGE, A. P. **Fundamentos de economia rural**. Chapecó: Argos, 2006.

ASSI, A. L. *et al.* Carne bovina: os fatores econômicos e comerciais podem afetar a segurança alimentar no Brasil? **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 30, n. 254-255, p. 134-138, mar./abr. 2016. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/06/836697/separata-134-138.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BARRETTO, S. A. J.; CYRILLO, D. C.; COZZOLINO, S. M. F. Análise nutricional e complementação alimentar de cesta básica derivada do consumo. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 29-35, fev. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101998000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938**. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Brasília, DF: Presidência da República, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Senacon encaminha ofício à ANP e Cade sobre variação de preços de botijão de gás em tempos de pandemia**. 2020a. Disponível em: <https://www.novo.justica.gov.br/news/senacon-encaminha-oficio-a-anp-e-cade-sobre-variacao-de-precos-de-botijao-de-gas-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é COVID-19**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 4 jun. 2020b.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos**. 2020a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202006.html>. Acesso em: 5 jun. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Valor da cesta básica aumenta praticamente em todas as capitais em 2019**. 2020b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2019/201912cestabasica.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2020.

FERREIRA, F. D. S.; SILVA, W. G.; SOUZA, J. A. N. Preços macroeconômicos câmbio e inflação e o fundo de participação dos municípios FPM no Brasil: uma análise para o período de 2011-2018. **Revista Eletrônica Documento**, Cuiabá, v. 27, n. 1, p. 159-182, dez. 2019. Disponível em: <http://200.129.241.80/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-27.pdf#page=159>. Acesso em: 29 jul. 2020.

FUTEMMA, C. *et al.* A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? **Unicamp**, Campinas, v. 2, n. 1, jul. 2020. No prelo. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/967/1397>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HALL, R. E.; LIEBERMAN, M. **Microeconomia: princípios e aplicações**. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e estados**: Jales. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/jales.html>. Acesso em: 25 jun. 2020a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Índice nacional de preços ao consumidor amplo IPCA**. 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=resultados>. Acesso em: 25 jun. 2020.

JASKULSKI, A. O. **A estabilização econômica do plano real e o desenvolvimento econômico do período**. 2010. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26108/000755461.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jul. 2020.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MALHEIRO, B. C.; MICHELOTTI, F.; SABINO, T. A. G. Aqui o capitalismo não parou!: espoliação e brutalidade em tempos de pandemia, o que a Amazônia tem a dizer? **Revista Geographia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 33-50, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43041/24512>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELLO, P. F. B. **Contribuição ao estudo do transporte marítimo com a identificação dos atributos de desempenho para o uso de contêineres na exportação de commodities agrícola no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

PAULA, A. C. L.; SOARES, B. M.; BONFIM, M. D. A variação do custo da cesta básica para o consumidor. **Revista de iniciação científica libertas**, São Sebastião do Paraíso, v. 1, n. 1, p. 56-71, dez. 2011. Disponível em: <http://www.libertas.edu.br/revistas/index.php/riclibertas/article/view/13/5>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

SAAD-FILHO, A. **The value of Marx: political economy for contemporary capitalism**. London: Routledge, 2002.

SACHS, J.; LARRAIN, F. **Macroeconomia em uma economia global**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. 3. ed. São Paulo: Best Seller, 2006.

SILVA, L. L.; CHAVES, E. P. S. Análise da variação dos preços da cesta básica antes e depois da greve dos caminhoneiros no Brasil em 2018. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2018. Disponível em: https://files.comunidades.net/robsontavares/1_Analise_da_Variacao_dos_Precos_da_Cesta_Basica_Antes_e_Depois_da_Greve_dos_Caminhoneiros_no_Brasil_em_2018.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

TEIXEIRA, E. **Economia monetária**: a macroeconomia no contexto monetário. São Paulo: Saraiva, 2002.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Fundamentos da economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.